



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

FRANCISCO GABRIEL SILVEIRA FERREIRA

**MODOS DE VIDAS E RESISTÊNCIAS DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO
DE POBREZA NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA, ACARAPE –
CE.**

Acarape - Ceará
2017

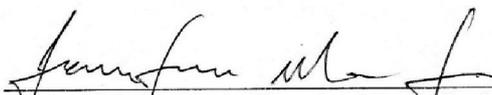
FRANCISCO GABRIEL SILVEIRA FERREIRA

MODOS DE VIDAS E RESISTENCIAS DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA, ACARAPE – CE.

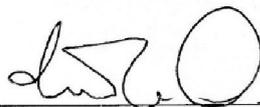
Projeto de pesquisa apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Acarape, 19 de dezembro de 2017.

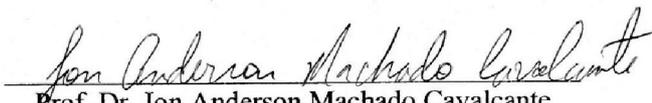
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Profa. Dra. Lucilene Rezende Alcanfor
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Sumário	
1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS	8
2.1. Objetivos gerais	8
2.2. Objetivos específicos	8
3. JUSTIFICATIVA	9
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
4.1. Situando a pobreza.	12
4.2. Sobre a infância e seus riscos vinculados à situação de pobreza.	15
4.3. Família como fator importante na construção da infância	20
4.4. Comunidades e comunidades em situação de pobreza na construção do desenvolvimento da criança	23
5. MÉTODOS	27
5.1. Tipo de método	27
5.2. Técnicas.	28
5.3. Local da realização da pesquisa	29
5.4. Descrição dos participantes	30
5.5. Procedimentos	31
5.6. Análises.	32
5.7. Considerações éticas.	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7. REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

Após minhas experiências pela reaPODERE – Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências* com o projeto de pesquisa “Trabalho infantil e suas estratégias de enfrentamento: reflexões sobre pobreza e políticas públicas no Maciço de Baturité” e extensão “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Trabalho Infantil: uma proposta de intervenção comunitária interdisciplinar” que atuou juntamente com CRAS – Centro de Referência de Assistência Social - no distrito de Antônio Diogo e no centro de Redenção-CE, junto com a paralisação das atividades do município por conta da mudança de gestão, pensamos coletivamente em um projeto que trataria uma inserção comunitária, já que encontrávamos limitados na nossa atuação. Daí pensamos na comunidade da Estrada Velha, território conhecido por seus estigmas e sua situação de pobreza, a qual se encontra perto do campus dos Palmares da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Após a concretude e viabilização da proposta pela própria, começamos as visitas a comunidade de Estrada Velha, Acarape-CE. Desta forma, de maneira independente do que vinha sendo trabalhado, por meio de uma lógica de uma extensão universitária, veio o contato com essas crianças que sofrem com a situação de pobreza, que até então era somente percebido no CRAS, assim, surgiu o interesse de entender de que forma essas pessoas resistem nesses espaços.

Partindo da problemática vista na comunidade Estrada Velha, que envolve crianças, comunidade e o lazer, percebemos suas privações dentro e fora da comunidade, visto que trata-se de uma localidade esquecida e estigmatizada pela a população e pelas políticas públicas. Pude perceber que os jovens se encontram em lixões de rua e soltos na própria comunidade, isso nos mostra, certamente, onde seria seu possível local de brincar. Em espaços que não seriam propícios para se desenvolver socialmente, por conta que teriam contato com situações que não são adequadas para o seu desenvolvimento, como por exemplo: locais passíveis focos de doenças, criminalidades e violências.

O tema surgiu na curiosidade em entender como essas crianças fazem para resistir sua situação de pobreza, pois, acredito que nosso ser social e humano é formado a partir de nossos primeiros anos de vida. Desta forma, quando há essas presentes dificuldades no desenvolver

* Nome dado pelos integrantes da rede justamente por trabalhar com questões acerca da pobreza, discriminações e resistência que permeiam as comunidades mais vulneráveis. Os projetos de pesquisas e extensão são criados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e vem atuando desde maio/2016, coordenado pelo o Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.

desse espaço do brincar, do interagir com outras crianças e pessoas de diferentes idades o processo é desenvolvido de maneira específica. A partir disso, acredito que deve haver uma série de consequências a serem estudadas, mostrando quais déficits, impactos e resistências encontrados nesses seres em situação de pobreza. Dessa maneira, “entende-se que existem implicações psicossociais da pobreza no psiquismo desses jovens, que podem ser percebidas nos seus modos de ser, agir, pensar, sonhar, lidar com seu cotidiano e com os projetos que elaboram para o futuro.” (CIDADE; SILVA; XIMENES, 2016, p.313).

Desenvolver-se em um espaço que mostra em suas estruturas características do descaso da política local, da carência das fontes de alimentos e do saneamento básico, podemos imaginar o quão árduo é se manter de pé e enfrentar um dia após o outro. Na perspectiva de estudo de Ceconello e Koller (2000), que estuda o homem e o ambiente, podemos ver fatores que podem influenciar:

“Entre eles, fatores de proteção e de risco, que estão relacionados com eventos de vida, recursos, disposições ou demandas e que podem proteger o indivíduo de eventos estressantes e/ou levá-los a desencadear patologias” (2000, p.72)

Um dos fatos chocantes que me deparei em uma das visitas à comunidade da Estrada Velha, junto com os meus colegas da rede, foi ver de perto situações de crianças que não tinham o que comer em seu dia-a-dia, pois a falta de recursos financeiros não chegava ao seu ideal, assim, para realizar tal refeição teriam que se deslocar para vizinha mais próxima. Tinha até família, contando com pais e três filhos, que se sustentavam somente com Bolsa Família, um benefício que não ultrapassa um valor de 336 R\$.

Portanto, são realidades enfrentadas que muitas pessoas não têm ideia ou nem imaginam como é difícil sobreviver a esses fatores ao seu redor, e não percebem que quem mais sofre com isso tudo são as crianças, que estão em pleno desenvolvimento.

“Famílias em situação de pobreza vivenciam períodos de maior instabilidade econômica, levando ao aumento do estresse e conflito no lar, fragilizando as relações de afeto entre pais e filhos e, portanto, reduzindo as oportunidades de estimulação e aprendizagem. Outros estudos mostram evidências de que a pobreza reduz a atenção dos pais às necessidades individuais das crianças, bem como os torna mais impacientes e punitivos, levando muitas vezes a problemas no comportamento das crianças em idades mais avançadas, tais como agressividade e delinquência e incapacidade de resolver problemas.” (PAIVA, 2009, p.28)

Tirando como reflexão e retomado nas minhas idas a campo, um fator também observado tem a ver com essa citação de Paiva, que durante minha inserção, que começa

desde abril de 2017, pude observar que as mães e filhos não tem uma boa relação. A problemática vista foi que as mulheres da comunidade percebem que os filhos possuem uma vida “folgada”, sem trabalho e que aparentemente só comem. Desta forma, acabam por comparar as suas realidades para demonstrarem e relatarem, como forma de ensinamento, que a vida não é fácil, que sofreu muito para estar ali. O que tem fortes relações que muitas se ligam.

Nessa perspectiva é visto que, na Estrada Velha, ainda possui o tabu entre os moradores de que o trabalho dignifica o homem. Onde muitos se viram trabalhando quando crianças e ao virem os seus filhos no ócio, ou talvez brincando, numa rotina de estudos e não fazendo “nada”, além disso, possam causar uma certa dúvida do que acontecerá com seus filhos futuramente. Como a comunidade é conhecida pelos crimes, e isso causa um medo de que eles entrem na realidade vivida pelos os jovens da localidade. Isso é semelhante aos resultados de Cidade, Silva e Ximenes (2016), ao falarem dessa perspectiva de segurança e insegurança causando pela condição de pobreza e assim falam:

Na fala dos jovens, percebe-se que a insegurança, a desconfiança e o medo caminham conjuntamente, interferindo na maneira como as relações de vizinhança são desenvolvidas, no modo como o espaço comunitário é, ao tempo, representativo de risco e de proteção para as crianças, os adolescentes e os jovens. Instaura-se o distresse na comunidade ou estresse negativo na comunidade, termos elaborados por Góis (2008), que se referem à situação diária de luta e fracasso coletivos vividos pelos sujeitos e que está relacionada à obtenção de poucos resultados, à violência, ao desrespeito institucional, ao desemprego geral, ao cansaço coletivo, a descrença e à frustração, à perda do sentido de comunidade e da crença de que as coisas podem melhorar. (CIDADE; SILVA; XIMENES, 2016, p.323).

Então uma realidade que pode somar nesse estresse na relação entre mãe e filho, é dela possuir também várias pessoas para educar, alimentar, afastar do perigo da criminalidade e das doenças que acontecem com o contato as ruas. Ceconello e Koller ressaltam um pouco desse momento de conflitos quando comenta que “a miséria econômica oriunda de fatores políticos e sociais que operam num nível macrossistêmico ecológico podem afetar o desenvolvimento da criança quando conduz à miséria afetiva.” (CECCONELLO; KOLLER, 2000, p.73).

Outro fator é o ambiente, que fortalece e ajuda na formação social das crianças na comunidade, pois é nele que crianças têm contato com outros indivíduos. A rua é um dos momentos que ela é capaz de colocar em prática tudo o que aprendeu dentro de casa, os modos de como se comportar em sociedade e interagir. Mas logo devemos evidenciar que essas crianças, ainda não tem repertório ampliado de como socializar com outros indivíduos,

assim, refletira certamente como os pais se portam em um diálogo entre si e com a criança. Paiva (2009), traz uma reflexão que pode contribuir nessa perspectiva de pesquisa que gira em torno da resistência em comunidade em situação de pobreza ao falar que “alguns autores demonstraram efeitos positivos, como o suporte social de parentes e membros da comunidade em situações adversas, controlando e monitorando o comportamento uns dos outros para a manutenção de padrões sociais.”(PAIVA, 2009, p.27)

Nesse espaço também surge à oportunidade de aprendizagem com outros indivíduos de diferentes idades, na relação extrafamiliar (PAIVA, 2009) podendo partilhar de experiências a partir do brincar, do explorar, do conhecer o mundo, fazendo um movimento em que se estabeleça uma competência social (CECCONELLO; KOLLER, 2000). Esse processo é muito valioso para a criança, pois ela começa a estimular sua criatividade e habilidades.

A interação da criança com o adulto ou com outras crianças é um dos principais elementos para uma adequada estimulação no espaço familiar. Os processos proximais são mecanismos constituintes dessa interação, contribuindo para que a criança desenvolva sua percepção, dirija e controle seu comportamento. Além disso, permite adquirir conhecimentos e habilidades, estabelecendo relações e construindo seu próprio ambiente físico e social. (ANDRADE et al, 2005, p.607)

Na Estrada Velha, apesar de não existir uma área de lazer, como por exemplo, as praças, não quer dizer que essas crianças não possam brincar. Isso é evidente logo na inserção na comunidade. Então, elas estão nessa busca de rotas de resistência, buscando das melhores maneiras possíveis, planejar e criar espaços em que se divirtam, como a criação de campinho, no caso dos meninos. Já no caso das meninas, elas geralmente encontram-se com as mães dentro de casa ou nas calçadas, assim, elas realizam brincadeiras que consiga ser realizada naquele local de encontro.

Portanto, entender como as crianças vivem e resistem à situação de pobreza que entrelaçada em seu local de brincar, socializar, além dos tabus e estigmas já implantas nas mentes dos moradores, é de suma importância, pois vai nos ajudar a entender que tipos de encontros e meios ajudam as crianças a seguirem felizes e brincando.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivos gerais

Analisar os modos de vidas de crianças em situação de pobreza da comunidade Estrada Velha – CE.

2.2. Objetivos específicos

- Observar como as crianças percebem sua própria situação de pobreza;
- Compreender como a pobreza impacta no modo de vidas das crianças;
- Descrever como são estabelecidas as relações familiares e comunitárias;
- Observar como são as práticas de resistências/enfrentamento da pobreza pelas crianças.

3. JUSTIFICATIVA

Com as visitas e entrevistas realizadas pelo grupo de extensão e pesquisa reaPODERE – Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistência - pude perceber como é precário algumas situações de moradores que residem na comunidade de Estrada Velha, Acarape - CE. No entanto, o que mais me chamou atenção para elaboração do projeto de pesquisa foram as crianças que se encontravam brincando perto ou dentro de lixões presentes na rua, além de locais onde se encontravam esgotos a céu aberto.

O que há de mais curioso e relevante nessa proposta é que essa comunidade se situa próxima a uma universidade federal internacional. Diante desse fato, conhecer esse território e traçar quais os marcadores de pobreza mais presentes dentro desse espaço possibilitará posteriormente estudos e possíveis intervenções de pesquisadores. Com esse projeto de pesquisa, podem-se fortalecer estudos na área social e comunitária, que há algum tempo vem sendo pouco vista nas áreas do saber, ou até mesmo de mostrar ao meio acadêmico UNILAB que no entorno existe um povo ao redor da instituição, que pensam que a academia poderia lhe contribuir nessa ligação e nos fortalecimentos de vínculos. Isso é visto por Ansara e Dantas (2010) onde fala sobre:

“Os participantes do curso demonstram ansiedade e angústia diante das dificuldades enfrentadas em suas atividades junto às comunidades, sobretudo devido ao vazio metodológico e teórico que acompanha suas práticas psicossociais. Afirmam desconhecer vertentes teóricas e pressupostos metodológicos que problematizem o trabalho comunitário e atribuem esse desconhecimento à formação tradicional do profissional, que praticamente ignora a importância dessa área. (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 96)”.

Com o contato com a comunidade e realização de entrevistas, percebemos como é marcante a ausência de políticas públicas para com a população. Tira-se isso como verídico, pois, segundo os relatos dos moradores, a comunidade não possui quase, ou nenhum tipo de assistência, nem projeto de melhoria para desprecarização da situação a qual vivem.

“Entre os grandes desafios, estão os limites dos programas sociais propostos pelo poder público e, muitas vezes, executados pelas Organizações Não-Governamentais, as dificuldades que os agentes externos encontram para desenvolver um trabalho que leve ao fortalecimento da comunidade, bem como a ausência de referenciais teóricos e metodológicos que fundamentem suas práticas.” (ANSARA; DANTAS, 2010, p.96)

Então retomando esse fato, compreender os modos vidas de crianças em situação de pobreza vai nos ajudar entender suas resistências mesmo em um contexto adverso e ausente

da ação do poder público, e assim, “ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagem, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema.” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.3).

Para ajudar nessa compreensão, se faz necessária leitura de Crespo e Gurovitz (2002) para podermos perceber e desconstruir o conceito de pobreza relacionado à renda per capita e se posicionar com um olhar multidimensional, que ajudará entender diferentes relações e privações que acontece dentro da comunidade. Desta forma, ao acompanhar com proposta de Sen (2000), que fala sobre a liberdade em relação ao desenvolvimento, pode-se ampliar essa visão em suas cinco dimensões: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Já que “para ele, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades das pessoas.” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.7).

Paiva (2009) cita que duas dimensões são mais adequadas de estudar os efeitos da pobreza, relacionado ao tema e objetivo de pesquisa: temporal e a ecológica. A temporal relaciona-se ao tempo que passamos pesquisando e indo a campo, em estudos longitudinais. A ecológica irá entender os microcontextos de interações, como de pais e filhos; macrocontexto do bairro, tais como a disponibilidade, educação básica e serviços de saúde; e o macrocontexto de relações sociais formais e informais, onde os adultos tem acesso.

Assim, ao direcionarmos diretamente o impacto da pobreza aos modos de vida a crianças, Cecconello e Koller irá nos falar o seguinte: “A pobreza, por exemplo, é considerada como um tipo de ameaça constante, que aumenta a vulnerabilidade da criança, pois pode causar subnutrição, privação social e desvantagem educacional” (2000, p.73).

Então, as crianças atuam dentro da comunidade na relação com os pais e socialmente com a vizinhança e o brincar, mas que serão afetadas pela situação de privação, desejos básicos não satisfeitos e exposição a situações de risco, desde a sua concepção ao seu desenvolvimento, causando um desequilíbrio nessa população posteriormente.

“Hutz e Koller (1997) chamam a atenção, por outro lado, para a lacuna de pesquisas existente na área de desenvolvimento com essa população, o que, sem dúvida, dificulta uma avaliação mais precisa de possíveis problemas e seqüelas nas crianças que vivem essa condição.” (CAMPOS; PRETTE; PRETTE, 2000, p.518)

Para isso, estudar o fenômeno pobreza no desenvolvimento social das crianças nos faz entender melhor suas formas de enfrentamentos ao sistema que lhe é imposto. Assim, podemos ver os tantos impactos negativos, que ao “enfrentar situações de *stress* e risco no seu

cotidiano, podem apresentar distúrbios emocionais e problemas de conduta, sendo vulneráveis.” (CENCCONELLO; KOLLER, 2000, p73), como também fazem para “superar essas situações, demonstrando, entre outras habilidades, competência social” (CENCCONELLO; KOLLER 2000, p.73).

Desta maneira, poderemos ver formas de resistência, quando o indivíduo se dá conta da realidade da situação de pobreza na qual é inserido e a partir disso faça com que ele entre em um movimento de enfrentamentos e de transformação social dos estigmas, processos discriminatórios e violência, após sua tomada de consciência de opressão (SARRIERA, MOURA JR, 2016). Portanto, essa pesquisa mostrará a busca pela liberdade, a qual é de direito de cada indivíduo, possibilitando elaborar políticas públicas e outros meios, para amenizar os efeitos negativos da pobreza, manter e fortalecer da comunidade e da criança.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. Situando a pobreza.

No Brasil, por mais que a situação econômica tenha melhorado a população brasileira ainda sofre com o grande reflexo da pobreza, no processo que persiste principalmente nas comunidades mais marginalizadas e esquecidas pelo o poder público municipal e governamental em ações mais específicas de assistência.

Vale ressaltar que um dos grandes governos a investir contra a pobreza foi o do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva com ampliação de algumas políticas públicas como Bolsa Família: “o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, com implementação descentralizada em todos os municípios” (SILVA, 2010, p.159) que ajuda atualmente 14 milhões de famílias brasileiras a sair da linha de pobreza, segundo o Portal do Brasil (2015).

No entanto, não se pode deixar de ressaltar que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, onde “o estrato mais rico, que representa 1% da população total, recebe uma renda igual à soma da renda dos 50% mais pobres” (PAIVA, p.23, 2009). Assim, nota-se que, as desigualdades sociais devem ser concebidas como fatores que se somam nas situações de pobreza nas comunidades em situação de privação, pois ainda os marcadores socioeconômicos são pertinentes em todas as regiões do Brasil, principalmente o Nordeste (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

Assim, nesse retrato de natureza multidimensional quando se trata das questões de pobreza, estamos falando dos vários significados e contextos que essa situação pode possuir na sociedade, onde segundo Yzabek (2005), não se resume nas carências de bens, mas como também de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e esperanças.

“Considerar o indivíduo apenas como consumidor e definir a pobreza com base na insuficiência de renda para o consumo restringe o fenômeno ao aspecto meramente biológico e econômico, deixando de lado várias outras privações causadas pela pobreza. Pensar que pobre é aquele que não possui renda para consumir é uma simplificação que esconde a realidade de limitação de realização emocional e pessoal, que vai além da mera insuficiência de renda.” (SOUZA, 2013, p.20)

Uma reflexão que somasse a esse entendimento é o de Crespo e Gurovitz, que traz em seu artigo, vários autores para afirmar que o fenômeno pobreza seja abordado como fator multidimensional que descentraliza a renda *per capita* como principal indicador. Assim, ao citar Sen Amartya, como um desses intelectuais de referências, fala da pobreza como fator

privações de capacidades básicas que o indivíduo pode possuir. Assim, destaca com isso seus possíveis impactos como:

A privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição considerável (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Essa definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa. A relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades da maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.5)

Assim, esse fenômeno, pode refletir como forma de dominações, pois enfraquece as capacidades de emergir, de se desenvolver das pessoas em situação de pobreza. É importante salientar que “a pobreza é um problema que vai além da renda individual e pode ser medida também por indicadores sociais relacionados à saúde, mortalidade e educação.” (ARRUDA; ARRUDA, 2007, 458).

O Nordeste sofre com os maiores índices de pobreza do país, assim, não se pode deixar de notar quem são os que mais sofrem com isso:

[...] a evidência disponível sugere que alguns grupos sociais e indivíduos têm maior probabilidade de permanecerem aprisionados na pobreza, o que agrava ainda mais as desigualdades já existentes. A pobreza está cada vez mais concentrada entre populações com características específicas: crianças e jovens, índios, negros, os que não imigraram, desempregados e trabalhadores empregados nas áreas rurais ou no setor informal. (GACITÚA-MARIÓ; WOOLCOCK; 2005: 17; apud ARRUDA; ARRUDA, 2007, 458).

Já refletindo sobre essa citação, Acarape, apesar de sediar uma Universidade Federal Internacional, ainda é de uma região rural com pequenos centros urbanos, do estado Ceará, que ainda sofre com a falta de emprego e ainda depende dos meios rurais para sobreviver. Assim, focando nas crianças, quando essas se encontram em situações de pobreza, seus desempenhos, por exemplo, o escolar, é afetado, e conseqüente compete para não conclusão dos ensinamentos, inserindo no mercado de trabalho com baixos salários, tendo mais filhos, poucos cuidados com eles, e isso acaba gerando um ciclo da geração da pobreza (PAIVA, 2009).

Retomando a Crespo e Gurovitz (2002), que faz referência a Sen Amartya, trataremos de cinco dimensões da liberdade para o desenvolvimento do indivíduo que são 1) liberdade

políticas, onde a pessoa possa escolher quem pode governar, com capacidade de fiscalizar e criticar seus eleitos, com total liberdade, sem censura, num movimento que ligasse a democracia; 2) facilidades econômicas, onde os indivíduos possam usar seus recursos econômicos para comprar, produzir mais subsídios ou trocar; 3) Oportunidades sociais, que são relacionados a saúde, educação e atividades econômicas e políticas; 4) garantia de transparências que refere-se as clarezas, confianças em que o povo ter, isso entrelaçados pela sinceridade; 5) Segurança protetora, relacionado a segurança social, na garantia da redução da miséria absoluta, com visão nas políticas de garantias de assistências a população que possuem carências e disposições institucionais fixas.

Assim, nessa perspectiva podemos obter um olhar dimensional da liberdade e desenvolvimento, e a privação de qualquer um desses fatores pode caracterizar a pobreza. E pensar nesses princípios pode ter uma série de benefícios:

O crescimento econômico tem de ser julgado não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais que ele pode estimular. De maneira similar, a criação de oportunidades sociais, por meio de serviços como educação pública, saúde e uma imprensa livre, pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade. A educação básica (em especial a alfabetização e escolaridade das mulheres) pode influenciar as taxas de fecundidade. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.8)

Não podemos situar a pobreza como somente em relação à renda *per capita*, pois tem uma série de fatores que favorecem para exclusão social dos indivíduos. Segundo Silva (2010) e Yazbeck (2005), o pobre ainda não é reconhecido por sua condição social, principalmente em uma sociedade onde prevalece o capitalismo já (des)estruturado, como o Brasil. Então Silva fala sobre a exploração que é esse sistema:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. (SILVA, 2010, p. 157)

Quando falamos de capitalismo também retomamos a ideia de neoliberalismo e a culpabilização do pobre pela sua situação de pobreza e pelo o desenvolvimento precário do Brasil (XIMENES; MOURA JR; SARRIERA, 2014). Em consequência desse aspecto, com o fator de liberdade privada pela condição de pobreza e sua estigmatização, temos a diminuição

do exercício de agencia, onde se caracteriza como a capacidade de realizar os objetivos como pessoa, e o seu enfraquecimento abra as portas para o preconceito. Sendo que “o preconceito é concebido como um conjunto de informações negativas constituídas de aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais impetrados a um determinado grupo social” (MOURA JR; SARRIERA, p. 264), então se percebe que ao falar de pobreza e das pessoas que vivem nessa situação, falamos de indivíduos que estão sujeitos a humilhação e a vergonha.

Segundo Moura Jr., Sarriera, podemos perceber que, através desse preconceito construído ao longo da história do Brasil, temos ideia também dos vários estigmas voltados a um grupo social que vive nessa situação, colocando em um posto de degradação e fracasso.

“Geralmente, reconhece-se socialmente o indivíduo sem situação de pobreza como único culpado pela sua situação de pobreza, sendo esvaziado o contexto social e o poder estatal para a explicação dessas concepções. Compreende-se que há, então, uma série de papéis sociais ligados a essa identidade social estigmatizada de pobre, como vagabundo, sujo, criminoso, culpado pela sua situação, conformado, religioso e causador de mazelas sociais” (MOURA JR; SARRIERA, 2016, p.265)

Sofrer os estigmas quando crianças pode causar uma humilhação na fase escolar, trazendo uma evasão escolar do indivíduo, ou até mesmo em outros espaços comunitários em uma linha de isolamento social, fazendo que esses indivíduos passem a viver uma condição discriminatória, de violência e desigualdade (PALUCK; GREEN apud MOURA JR., SARRIERA 2009). Então estudar os modos de vida também é entender e “questionar as visões estigmatizadas e depreciativas presentes na sociedade [além que] pode ser entendido também como processo de tomada de consciência e, posteriormente, de conscientização.” (MOURA JR.; SARRIERA, p.267).

Fica, no entanto, o questionamento de como resolver problemas em sociedade enquanto a grande população encontra-se em situação de pobreza, sendo assim, privadas do acesso as fontes de informação para que consigam solucionar esses entraves que permeiam seu dia a dia. Então, necessita de uma articulação de políticas públicas e os seus indicadores da pobreza, já que “os efeitos da pobreza são cumulativos.” (PAIVA, 2009, p.26). Assim, pensando na infância como o período inicial no desenvolvimento humano, deve-se entender de forma mais aprofundada o impacto da pobreza nessa fase.

4.2. Sobre a infância e seus riscos vinculados à situação de pobreza.

Antes mesmo de discutir as dimensões que podemos ter em torno da pobreza, quando tratamos especificamente de crianças e a infância, precisa-se abrir espaço para falar sobre o

período da idade a qual iremos dimensionar a pesquisa, daí poderemos ver mais detalhadamente como essa situação pode ter impactos em suas vidas.

“A idade em que a criança vivencia a pobreza também parece influenciar o desenvolvimento infantil, embora existam menos evidências para este efeito na literatura. Se a pobreza ocorrer na infância, tende a levar a repercussões no desempenho cognitivo, ao passo que se ocorrer na adolescência, o impacto parece ocorrer no comportamento e na escolaridade” (PAIVA, 2009, p.27)

Segundo Martí (2004), ao falarmos de crianças em uma faixa etária de 6 aos 12 anos temos a dimensão que nessa idade as crianças já possuem uma atenção e cognição mais avançada, capaz de resolver assuntos complexos com mais aprofundamento, o que é diferente das fases anteriores. Assim, esse autor fala que, por isso as crianças com essa idade já estão iniciando seu processo escolar, pois é partir dessa etapa que se tem uma nova forma de pensar, em uma maneira mais lógica e mais estratégica.

“São capazes de acompanhar a conversação entre os pais e ao tempo vigiar seus irmãos pequenos e não se esquecer de que têm de acabar os deveres antes de irem para a cama. Pode prever melhor qual será a reação de um amigo diante de uma brincadeira de mau gosto, imaginando diferentes possibilidades segundo as reações anteriores, o jeito de ser do amigo, suas preferências e outros fatores que acharem pertinentes” (MARTÍ, 2004, p.234)

Então, seguindo com as pesquisas do autor, a criança já tem uma organização dos pensamentos, por isso permite com que ela aprenda não só com seus pais como também no espaço onde decide socializar. Assim, a experiência que a criança possui pode contribuir com que ela aprenda, seja com números de repetição e ou observação feita por elas, “à medida que crescem e adquirem experiência, as crianças aumentam as possibilidades de automatização dos processos mentais, o que lhes permite melhorar de forma notável sua forma de pensar” (MARTÍ, 2004, p.234). Então permite que possamos confiar em seu depoimento, dependendo da idade e maneira como mostra suas capacidades estratégicas de elaborar técnicas de memorização e recuperação dessas memórias sobre determinados fatos. Vale ressaltar, que Martí (2004), fala que crianças dessa idade tem consciência de ajuda não somente interna de revisão para fortalecer a memória, como também usam do meio externo para efetivar. Então ela já tem conhecimento do mundo externo a ela como a escola, família e comunidade.

Uma curiosidade dessa fase da infância que valerá ser pensado na escrita segundo Martí (2004) é o valor da consciência mais reflexiva e de melhor controle de sua cognição, que atrela a memória, resolução de problemas, a categorização ou a elaboração de

conhecimento de crianças da terceira fase do desenvolvimento. Crianças a partir dos seis anos possuem uma maior consciência de seus próprios processos cognitivos, sabem avaliar o teor de uma atividade e as dificuldades atreladas por elas, além de elaborar estratégias de rendimento para de resolução de algum problema, em condutas de adaptação e planejamento.

Além da evolução do processo cognitivo das crianças outro fator que deve ser pensando é o do desenvolvimento da personalidade, onde segundo as pesquisas de Palacios Hidalgo (2004) traz que esses indivíduos que estão em constante aprendizagem sejam através de sua experiência na escola como na família. Esses espaços são os contextos mais influentes nessa construção do desenvolvimento humano e social. Ainda me atrevo a dizer que até mesmo a comunidade e sua estigmatização pode ter uma forte influência nesse processo. Assim, ao falar desses modos ampliados de socialização, que não era tão vistos na fase anterior, as crianças dessa fase passam por etapas de aprendizagem ao qual traz Erik Erikson como referência nessa explicação, que está ligado com algumas das noções da pobreza que pode remeter ao indivíduo.

Em nossa sociedade, essa aprendizagem é realizada fundamentalmente na escola, que adquire especial relevância como contexto de influência no qual crianças se relacionam com adultos diferentes, de seus pais e com os companheiros, ponto de referência para os processos de comparação social. De acordo com Erikson, as experiências que as crianças vão tendo nos diferentes contextos de desenvolvimento farão com que o desenvolvimento da personalidade se incline para os polos que definem essa etapa. Dessa forma, quando a criança vai ganhando habilidades e destrezas sociais, sente-se competente e produtiva; no polo oposto, as experiências negativas e o fracasso escolar levam a sentimentos de incompetência e de inferioridade. (PALACIOS; HIDALGO, 2004, p.253)

Cecconello e Koller (2000) traz fatores de proteção como aspectos importantes principalmente na infância, que ajudará na manutenção da superação das zonas de risco em que um ambiente pode proporcionar. Podendo assim abrir novas perspectivas para o que poderá ser potencial e necessário nessa fase em que muitas crianças em situação de pobreza vivenciam:

Garnezy e Masten (1994) identificaram três fatores de proteção em indivíduos: (1) características individuais, como autoestima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competência social; (2) apoio afetivo transmitido pelas pessoas da família, através de um vínculo positivo com os cuidadores; (3) apoio social externo, provido por outras pessoas significativas, como escola, igreja e grupos de ajuda. (CECONNELO; KOLLER, 2000, p.74)

Então a construção da personalidade está ligada também a esse fator de proteção, pois é através desse desenvolvimento que teremos as potencialidades e déficits encontrados nessas privações, em que a pobreza acarreta nas crianças e fará perceber como isso afeta até na sua autoestima e em seu autoconceito, nesse processo de adaptação social as realidades. Palacios e Hidalgo (2004) afirmam que nessa fase a construção da personalidade é tranquila diante da fase anterior. Crianças de 6 e aos 12 anos costumam fortalecer o que já foi passado anteriormente, mas agora de forma mais detalhada do EU (forte entre aos 6 e aos 8 anos), pois essa é sua grande referência, e ao decorrer dos anos elas vai desenvolvendo o seu autoconceito a partir das suas relações sociais (forte dos 9 e aos 12 anos). Nessa última, os indivíduos começam a ter definição de si a partir da experiência com o outro, fazendo com que seu autoconceito se amplie, podendo mostrar então no que é bom e no que não é.

Do mesmo modo, ainda fazendo referência aos estudos de Palacios e Hidalgo (2004) a autoestima vem paralela do autoconceito, mas durante os anos iniciais dos 6 aos 8 anos, crianças tendem a criar uma imagem mais global de si, trazendo uma imagem positiva do próprio eu, e só depois dos 9 aos 12 anos, que começam a abstrair mais o autoconhecimento e avaliar suas capacidades e competências. No que se refere à autoestima global temos como ramificação a física, acadêmica e a social, mas a atenção será ligada as competências sociais, enfoque do trabalho. Assim, também se paramos com o decréscimo da autoestima durante os anos posteriores, pois como falado anteriormente a criança no início da terceira fase da infância ainda constitui uma imagem positiva de si mesmo e ao longo do tempo, quando se insere nos novos contextos, começam a ter noção da sua realidade e isso de certa maneira impacta a vida dessa criança. Por isso, é importante uma maior atenção no desenvolvimento desse quesito. Assim fala Palacios e Hidalgo:

Por outro lado, embora a influência das relações sociais sobre a autoestima pareça inquestionável, principalmente a que procede das relações que se mantem com as pessoas mais significativas nos diferentes contextos de desenvolvimento, a autoestima também depende de aspectos e de características mais individuais. Nesse sentido, à medida que a criança adquire uma maior competência cognitiva, ela vai sendo capaz de conseguir dados sobre sua autoestima a partir de suas próprias experiências, em função dos melhores ou dos piores resultados que obtém, nos diferentes âmbitos de conduta. Assim, uma história pessoal marcada mais pelos os êxitos ou pelos os fracassos se transforma em aval apropriado para, respectivamente, uma autoestima positiva ou negativa, de acordo com o maior realismo e a objetividade a que nos referimos anteriormente. (PALACIOS; HIDALGO, 2004, p.258)

Segundo Sarriera, et al (2016), a falta dos fatores de proteção pode influenciar diretamente na competência social individual de crianças em situação de pobreza, isso envolve as habilidades de resolver situações de estresse de forma mais tranquila a passional.

A promoção de aspectos positivos da vida, como o bem estar pessoal, pode ser um fator protetivo frente às adversidades que muitas crianças latino-americanas vivenciam. A autora enfatiza que esses recursos psicológicos fortaleceriam as crianças, auxiliando-as no enfrentamento de contextos opressores, como a realidade da pobreza. Assim, a promoção da vinculação com a comunidade e com os vizinhos e as vizinhas seriam um promotor do bem estar pessoal e, conseqüentemente, de atitudes mais fortalecidas das crianças. (SARRIERA et al, 2016. P.144)

Quando não se conquista essas habilidades, pode-se resultar em conseqüências negativas como não lidar com situações humilhantes e de vergonha, como também a não resolução de problemas, além da interferência na autorrealização da concretude da autoestima, afetando e causando dificuldades de relacionamentos afetivos e sociais.

Segundo Castro (2014), sabendo da seguridade do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – concebendo crianças como em desenvolvimento, tomamos a ideia de que essas precisam das garantias de direitos para sua sobrevivência, o que depende sempre de um responsável, pois se trata de um ser que está biologicamente e socialmente em vulnerabilidade. Levando isso em conta, também teremos que ter noção que as desigualdades sociais em que se vivenciam ao nosso redor, onde existem dois tipos de crianças: crianças bem nascidas como aquelas a qual estariam resguardadas de todos os seus direitos; e aquelas mal nascidas, onde vivencia uma situação de pobreza a qual vivem uma dura rotina na garantia dos seus direitos, pois “essas não usufruem qualquer direito à vida, à saúde, à cultura e a dignidade, como qualquer criança bem nascida, e, portanto, tem seu destino relegado as contingências da miséria, da prostituição e da aliciação.” (CASTRO, 2010, p.155). Essas crianças “mal nascidas” são geralmente aquelas que vivenciam em suas meio várias privações em seu desenvolvimento humano, social, de duas garantias de direitos, enfim nas multifaces da pobreza. Então, para sociedade estigmatizada, de acordo com Castro (2010), essas teriam uma noção de ‘descartabilidade’, porque poderiam ameaçar as ordens sociais vigentes ao serem oferecidas as mesmas oportunidades diferentes das quais que são de sua posição de origem. Ou seja, percebe-se que na lógica social essas não poderiam ter as mesmas oportunidades pelo simples fato de estar sucumbida a pobreza.

Neste sentido, os direitos da criança e do jovem não estariam acima, nem antes, e, nem debaixo, ou depois, dos direitos de qualquer outro grupo ou indivíduo. Mas é,

justamente, porque crianças são crianças, e quando são pobres não assumem valor no imaginário social, que o ECA vem para legislar que a elas cabem, sim, garantias de liberdade, vida e dignidade. (CASTRO, 2010, p.155).

Por isso a importância do ECA e outras políticas na busca de dar mais oportunidades e promover as resistências dessas crianças. Visto que, essa sofre com essa estigmatização do seu destino a partir do local onde reside e pela sua situação de pobreza. Assim, Castro (2010), vem na tentativa de movimento onde tanto a criança e o jovem podem ser garantidores de seus direitos, agentes que podem falar a seu nome, onde através das lutas não somente das crianças e adolescentes como comunidade em si podem garantir seus direitos que são assegurados por lei.

4.3. Família como fator importante na construção da infância

De acordo com Andrade et. Al (2005) famílias que possuem estímulos ambientais presentes dentro e fora de casa como pessoas, objetos e símbolos, favorecem o desenvolvimento infantil, fazendo com que as crianças desenvolvam suas habilidades cognitivas e sociais. A falta desses fatores proporciona uma série de consequências nas quais destaco aqui as capacidades sociais.

A importância da interação social na aprendizagem e no desenvolvimento vem sendo há muito reconhecida (ver Vygotsky, 1984), podendo-se afirmar que a qualidade das relações a que as crianças são expostas mapeiam as diferentes realidades por elas assimiladas e, simultaneamente, os tipos de indivíduos construídos por essa realidade, influenciando o processo e o conteúdo do desenvolvimento de suas características pessoais (modo de agir, pensar e sentir) e concepções de mundo (PRETTE; PRETTE, 1995 apud: CAMPOS; PRETTE; PRETTE, 2000, p.518).

Tomando como foco as interações sociais podemos analisar os fatores de microtextos de relação de pais e filhos, que geralmente são conflituosas dentro dos espaços domiciliares.

Um estudo brasileiro com populações urbanas de baixa renda identificou níveis psicossociais de risco ao desenvolvimento das crianças no ambiente familiar. Considerou como ambientes potencialmente danosos aqueles que incluem baixos níveis interativos e de envolvimento socioemocional entre adultos e crianças, presença de controle punitivo e restritivo, e níveis mínimos de organização familiar. (ANDRADE et al, 2005, p.608).

Nos estudos podemos notar diferentes prognósticos percebidos por diferentes pesquisadores da área do desenvolvimento humano. Isso nos remete a ficar atento na realização da pesquisa já que “a relação entre múltiplos fatores de risco e saúde emocional mostra efeito cumulativo” (ASSIS et al, 2009, p.94).

Viver em condições sociais e econômicas muito precárias, ter cor da pele negra, ter pais com baixa escolaridade e viver em famílias monoparentais ou constituídas pela presença de padrasto/ madrasta (ou com a presença de outras pessoas) são fatores que, isoladamente, se mostram relacionados à precária competência social e aos problemas de comportamento de crianças. (ASSIS et al, 2009, p.97-98)

Um dos primeiros pontos que posso começar a falar, na qual não fora contemplado na citação anterior, são das mães que acham que o ócio dos filhos pode causar certo déficit na construção da dignidade da criança. Campos, Prette e Prette (2000) revelam que a maioria das crianças que vivem situação de rua está para conseguir dinheiro, no aumento da renda de casa, ou seja, trabalham e tentam sobreviver por meio disto. Desta forma, podemos presumir que isso gira em torno da consequência desse tipo de tabu que são encontrados nos diálogos das pessoas que acham normal esse tipo ação.

Relacionado com a escolaridade da mãe, ponto destacado por Assis et al (2009), podemos revisar também nos estudos de Andrade et al (2005):

“O censo demográfico de 2000 estimou que 32,8% das mães nordestinas são as únicas responsáveis pela educação dos filhos. Segundo Carvalhaes & Benício, o acesso a bens e serviços fica prejudicado com a ausência paterna, porque a mãe tende a depender de outros membros da família com alocação de renda, o que não é necessariamente dirigida a suprir a necessidade da criança.” (2005, p.607)

Mães em comunidades que se encontram nessas situações sofrem também com a desestrutura familiar, onde em nossa sociedade o padrão normativo seria a de famílias nucleares (formadas pela figura materna, figura paterna e o filho), mas muitas delas sofrem com a carga de cuidar sozinha dos filhos. A ausência da figura paterna é frequente, seja por motivos de trabalhar fora ou por não ser presente como companheiro na relação. Então, famílias têm novos conceitos ou novos arranjos. No entanto, esse fator pode somar no desenvolvimento do filho, dependendo do contexto em que ela é inserida. As ausências das funções paternas e maternas deve ter uma visão de suma importância nessa primeira fase da vida humana. Destaco Assis et al (2009) nessa perspectiva que soma argumentação em sua pesquisa sobre os comportamento e saúde mental de crianças:

O estresse familiar e individual de viver em famílias em ampla desvantagem social, econômica, educacional e demográfica tende a influenciar o contexto de vida, ocasionando problemas em suas crianças. Por exemplo, algumas circunstâncias sociais adversas podem reduzir a disponibilidade da mãe para dar suporte emocional ao filho, podendo predispor a ocorrência, manutenção ou agravamento de problemas nas crianças (...). O mesmo acontece em relação à convivência em famílias

monoparentais e/ou constituídas por padrasto e madrasta, em que o prejuízo destes arranjos familiares é mais justificado pelo efeito direto e indireto da convivência mais exclusiva da mãe no funcionamento familiar e no cuidado com o filho. Taylor & Wang (2000) apontam a desvantagem econômica e emocional de viver sem a figura paterna em casa, o que sobrecarrega a mãe nas múltiplas funções de educação e suporte emocional à criança, podendo aumentar o risco de problemas escolares e externalizantes nas crianças. (ASSIS et al, 2009, p.98)

Refletindo a esses índices podemos perceber que mães de famílias, que geralmente são as cuidadoras oficiais, sofrem com uma grande responsabilidade de educar, alimentar e cuidar dos seus filhos. Assim, quando falamos tanto em questões do déficit nos resultados acadêmicos como também nos comportamentais, esses podem estar ligados a “práticas coercitivas (baseadas em agressões e ameaças), permissivas (pais que exercem pouco ou nenhum controle diante de comportamentos indesejados dos filhos) e inconsistentes (pais que ora cumprem o que foi estabelecido, ora não)” de educação dos filhos nessas comunidades que vivem em situação de pobreza (LEME e MARTURANO, 2014, p.154). Outro fator é que pais que vivenciam ou vivenciaram separação e vivem na transição ecológica dos filhos, potencializando o estresse da mãe que vivem em meio à pobreza (PAIVA, 2009).

Levando em conta esse fator, podemos remeter a uma sobrecarga na relação de pais e filhos, no estresse das famílias e suas ações para com as crianças:

Famílias em situação de pobreza vivenciam períodos de maior instabilidade econômica, levando ao aumento do estresse e conflito no lar, fragilizando as relações de afeto entre pais e filho e, portanto, reduzindo as oportunidades de estimulação e aprendizagem. Outros estudos mostram evidências de que a pobreza reduz a atenção dos pais às necessidades individuais das crianças, bem como os torna mais impacientes e punitivos, levando muitas vezes a problemas no comportamento das crianças em idades mais avançadas, tais como agressividade e delinquência e incapacidade de resolver problema. (PAIVA, 2009, p.28)

Analisando essa sobrecarga das cuidadoras com os seus filhos, Paiva, também fala de alguns prognósticos para reforçar o estresse da mãe como: a pouca escolaridade, a ausência paterna e o grande número de filhos. No entanto, minha perspectiva de estudo não é tornar a família ou a cuidadora como vilã do não desenvolvimento do filho, nunca foi, mas sim de mostrar que a falta de oportunidade e as privações que a pobreza as remete a conjunto de fatores de riscos. Assim, além das mães como fontes de cuidado, a própria comunidade pode também fazer parte dessa rede de apoio.

4.4. Comunidades e comunidades em situação de pobreza na construção do desenvolvimento da criança

De acordo com Sarriera, Moura Jr e Ximenes (2016) para entender o sentido ou senso de comunidade, precisamos analisar o sentido de pertença dos indivíduos no espaço onde ocupa. Isso é importante para entender benefícios que podem trazer quando se sentem fazendo parte, principalmente na visão das crianças. Então essa perspectiva, gira em torno do refletir a descentralização na perspectiva adultocêntrica e focando na percepção da criança.

Nos estudos do bem estar infantil é necessário compreender, de forma aprofundada, a relação do bem estar com aspectos comunitários. É necessário entender como a comunidade pode constituir-se em fator preditor de bem estar. Torna-se igualmente importante, nessa perspectiva de investigação, conceber o bem estar como constituinte de aspectos positivos, posicionando as crianças como produtoras de conhecimento e de orientação de políticas para promoção de seu bem estar. Portanto, as crianças devem ser as melhores informantes para apresentar aspectos que estejam relacionadas a seu bem estar.” (SARRIERA; MOURA JR; XIMENES, 2016, p. 108)

Nesse movimento, Cummins e Lau (2005) apud Sarriera, Moura Jr e Ximenes afirmam que para manutenção do bem-estar pessoal a comunidade pode obter destaque na conquista deste fator através de um sentido mútuo de apoio. Pode-se fortalecer a compreensão de si, como em seu processo de resiliência, em aspecto psicológico e psicossocial (Cecconello e Koller, 2000). Resiliência, segundo Cecconello e Koller, é relacionado às respostas individuais de cada indivíduo para situações adversas a qual pode vivenciar diante de fatores de risco, podendo ser positivas e negativas, como na superação e no adoecimento perante aquele problema. Isso pode somar ao entendimento de resistências que são práticas de transformação social a qual é inserido.

“Baseados nesse pressuposto, estudos sobre resiliência têm operacionalizado medidas de competência social através da observação de comportamentos manifestos, pois supõem que por trás desses comportamentos existem boas habilidades e estratégia eficazes de enfrentamento (KLIEWER, 1991; LUTHAR 1991).” (CECCONELLO; KOLLER), 2000, p.74)

Tomando como questão de macrocontexto do bairro tais como a disponibilidade, educação básica e serviços de saúde, temos Paiva (2009) como uma importante construtora para argumentação, onde releva aspectos que podem estar presentes na vida de crianças em comunidades em situação de pobreza, levanta-se o seguinte:

Estudo realizado por Guo e Harris encontrou associação positiva entre a qualidade física do ambiente em que a criança vive e seu desempenho intelectual e social. A

criança pobre tem grande chance de viver em moradias insalubres, muitas vezes com fios elétricos expostos, buracos no chão e no teto e presença de ratos circunstâncias que expõem esta família a acidentes domésticos, doenças infecciosas e a cuidados inadequados de saúde em geral. Estes fatores, juntamente a condições de nutrição e higiene inadequadas bem como falhas no cumprimento das imunizações, podem aumentar o índice de hospitalizações, o que se traduz muitas vezes em poucas oportunidades de interação familiar e social e, posteriormente, absenteísmo escolar. Estudos recentes também verificaram repercussões da pobreza na saúde em geral a partir da idade pré-escolar, estando está associada à obesidade, depressão e estresse. (PAIVA, 2009, p.27)

Assim, afirma, em uma visão ecológica extra-familiar que o ambiente físico em que ela se insere, tem seus efeitos na vida da criança, principalmente em seu psicológico, pois, além disso, esses seres podem estar sujeitos a outros fatores de risco como a violência, criminalidade e uso de drogas. Então, acabam sendo privadas de ambientes que garantem seu desenvolvimento social. Andrade et al (2005), recorre a família como mediadora das relações sociais que as crianças possuem dentro do espaço em que ela é inserida. No entanto, também é possível identificar outras redes de apoio para além da família. Então, essa possibilita olharmos os macrocontextos de relações sociais formais e informais onde os adultos têm acesso.

No que diz das relações de crianças na comunidade, podemos perceber em Sarriera, Moura Jr e Ximenes (2016), em as relações com a família, com outras crianças, com outros adultos, vizinhos e vizinhas, a frequência nos espaços escolares e comunitário como promotores de apoio e cooperação. Eles podem trazer um aspecto positivo na construção da subjetividade e do bem-estar pessoal. Aponta também como essas relações integrativas podem diminuir o estresse das crianças, além de ser um importante meio de orientação dos perigos existentes no mundo. “Crianças socialmente competentes são hábeis para entender as normas sociais, para a interação com pares e adultos, e hábeis para regular suas emoções, especialmente, as emoções negativas.” (CECCONELLO E KOLLER, 2000, p.).

Pensando assim, com o esse apoio social estruturado, obtém-se afrontamento as estigmas, preconceitos e discriminações que comunidades em situação de pobreza vivenciam.

Quando pensamos nessas pesquisas, temos uma perspectiva que crianças que vivem nessas situações de pobreza têm uma desvantagem em relação aos outros que possuem o direito básico a educação, saúde, alimentação e ao lazer, ficando a mercê da “limitação funcional ou incapacidade para desempenhar atividades esperadas [gerando] desvantagens, tais como o fracasso e abandono escolar, dificuldades na transição para o trabalho e na manutenção do emprego” (PAIVA, 2009, p.22). Por isso a pesquisa nesse fenômeno vai

buscar as potencialidades que podem existir nesses espaços que sofrem descasos diariamente pelas condições mínimas sobrevivência.

Ao analisar, as competências a serem desenvolvidas, percebemos que o apoio da comunidade faz com que um dos fatores de proteção se estabeleça com mais efetividade, e isso traz uma potencialidade importante no fator de sobrevivência, resiliência e superação da pobreza, fazendo que essas não se insiram em ocasiões de violência, criminalidade e envolvimento com o tráfico. Um resultado que pode nos satisfazer e trazer uma luz e expectativa ao projeto é de Sarriera, Moura Jr. e Ximenes (2016), onde crianças ao transitarem na comunidade como no uso dos espaços disponíveis para sua recreação trará um resultado a segurança do ambiente e assim consequentemente influencia na compreensão das formas de seus modos de vida resistências e bem-estar.

Assim, seguindo com Moura Jr. e Sarriera (2016), quando falamos de resistências, tomando em questão um processo de tomada de consciência a qual o indivíduo tem a capacidade crítica de modificar a sua própria realidade e seu cotidiano vivido, fazendo com que ele, a partir disso, possibilite uma transformação social. Isso nos remete a Sen, a qual pensa que podemos obter o desenvolvimento a partir da expansão dessa liberdade que pode ser substancial para a criança.

Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada o fim primordial (papel constitutivo) e o principal meio do desenvolvimento (papel instrumental). O papel constitutivo relaciona-se com a importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura, além de saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.7).

Desta forma, pensando nisso, faz com que o indivíduo tenha sua autonomia para escolher e se responsabilizar pelos seus deveres, e a partir deles podem fazer uma tomada de enfrentamento e resistência à situação de pobreza a qual é inserido. Tomando como exemplo a educação, algo essencial para criança em desenvolvimento, como vista por Moura Jr. e Sarriera, pode ser uma aliada forte nessa construção de uma realidade a qual o cerca, pois tirou daquilo que as populações consideravam indignas e lhes deu oportunidades.

Assim, ir para a escola ou educar-se de maneira mais formal ainda é um tabu, por conta que o trabalho é valorizado, sendo esse, um dos meios de sobrevivência de vida de quem vive em situação de pobreza. Porém, de acordo com Cidade, Silva e Ximenes (2016), as maneiras de educação formais e informais são válidas no enfrentamento das condições de

privações em que a criança pode vivenciar. Devemos estar atentos para perceber como será essa educação, pois as normas da sociedade podem ser diferentes da comunidade daquele indivíduo.

Assim, o lugar, o bairro, a escola e a comunidade também se apresentam como indicadores de proteção social. A estima de lugar, apreço, valorização, apego e sentimentos de vínculo com o lugar aqui mencionado. Enfatiza-se, portanto, a importância do contexto, desde as relações familiares e comunitárias até a presença e o funcionamento de uma rede de apoio social e afetiva, tais como as relações com escola, trabalho, serviços de saúde e institucionais de um modo geral” (SILVA et al, 2016, p.295-296)

A comunidade é outro fator que fortalece a sentimento de pertença num sentido de construção de uma memória coletiva para fazer com que a emancipação e atuação da população aconteçam de forma mais social e política na luta contra a estigmatização e para afirmação das políticas públicas. Outro exemplo que pode somar nas resistências de crianças e que pode ser percebida esta vinculada aos resultados de Moura Jr. e Sarriera (2016), ao falar do ato de cuidar dá própria saúde usufruindo dos serviços públicos no setor primário de saúde. Pois como falado anteriormente, pessoas em situação de pobreza carregam estigmas de sujos, descuidados, então cuidar desses aspectos mostra-se uma forma de resistir e enfrentar essas discriminações.

Portanto, pesquisar sobre os contextos no qual as crianças vivenciam faz perceber e entender suas dinâmicas sociais e as privações que são submetidas, desta forma possibilita compreender as mais diversas formas de resistências, além da construção do apoio comunitário e familiar, os fatores de proteção e até mesmo risco são inseridos, de uma maneira que possa ver quais impactos no seu desenvolvimento e entender os seus direitos como pessoas de direitos, assim, por fim, construir de forma pode contribuir com o fortalecimento e criações de novos enfrentamentos as pobrezas.

5. MÉTODOS

5.1. Tipo de método

A pesquisa irá utilizar-se dos métodos qualitativos de investigação, que segundo Creswell (2010), tem como instrumentos textos e imagens. Desta forma, tem como fundamentos a interpretação de entrevistas, textos e documentos, em uma análise rigorosa das informações, visto que, estamos lidando com pessoas e essa precisa um olhar mais crítico em seus modos de vida. Assim, de acordo com sua lista de características qualitativas a serem tomadas para uma efetivação da coleta de dados, percebem-se várias perspectivas, dentre elas, quero priorizar a participatória e autorreflexivas.

Segundo as perspectivas de Creswell (2010), esse tipo de estratégia de investigação nos permite aprofundar detalhes sobre as pessoas (no meu caso as crianças), o local e as experiências. Isso nos possibilita um domínio sobre os fatos a qual queremos perceber, mas sempre de forma aberta as novas informações. Além de dar totalmente abertura aos participantes, com dos limites que podemos traçar e das possibilidades que podem ir além da pesquisa, mostrando outras informações que até então não eram notadas.

Com a postura de Creswell sobre a pesquisa qualitativa, na perspectiva de Lente Teórica, buscarei de várias formas fazer a coleta de dados, sejam por meio de uma longa busca por documentos, artigos, dissertações que se encaixem com meu tema e objeto estudado, em um aprofundamento das técnicas utilizadas em investigações anteriores sobre a pobreza, família, comunidade e desenvolvimento infantil. Serão realizadas as observações de campo, “pelo interesse em criarmos condições de prever a ocorrência de determinados fenômenos” (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Assim, precisarei ir até a comunidade para fazer a pesquisa de campo, pois essa tem como objetivo:

“Buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]” (GOSALVEZ, 2010, p.67; apud: PIANA, 2009, p.169)

Então como estamos lidando com crianças e sua atuação dentro da comunidade, assim, selecionaremos seus modos de vidas e resistência a partir desse olhar mais rigoroso, que identificará o que pode ser mais pertinente a pesquisa.

5.2. Técnicas.

Tomarei como estratégia o estudo etnográfico, que segundo Creswell, tem como finalidade o detalhamento dos “comportamentos compartilhados as culturas de pessoas ou grupos” (CRESWELL, 2010, p.188). Assim, a etnografia, exige que façamos uma aproximação com o campo natural em um tempo que seja prologado, e a partir disso estaremos em plena observação das maneiras de convívio para captação do contexto em respostas as realidades, no caso voltado as crianças em seus modos de vida e resistência em sua situação de pobreza, que podemos encontrar na Estrada Velha.

A técnica que irá ser utilizada será a observação participante completa, onde através do ocultamento do objetivo da pesquisa serão observados os meios sociais das crianças como: a casa, rua e a vizinhança. Como forma de estudar as relações dos filhos com cuidador principal, ou até mesma com outras pessoas da comunidade, pois segundo Flick (2013), essa técnica possui mais acesso a práticas e processos. Vale ressaltar que iremos lidar com observação participante, onde o pesquisador se insere na comunidade, selecionando “situações, pessoas e os eventos segundo até que ponto os fenômenos interessantes se tornam acessíveis nesta seleção” (FLICK, 2013, p.122).

Assim, segundo Angrosino(2009), quando utilizamos das técnicas observacionais, estamos utilizando um método objetivo dentro da etnografia, e, além disso, temos que ter em mente que sempre não conseguiremos captar o todo, mas com boa organização e estrutura de anotações o trabalho vai ser bem guiado. Um detalhe importante antes de pesquisar sobre o assunto é desconstruir os preconceitos existentes, fazer uma boa leitura com bases em resultado irá fazer esse momento de desconstrução. Ver como olhos de estranhos em uma atenção rigorosa e detalhada do ambiente, dos comportamentos, das falas, isso é um bom tranquilo etnográfico usando da observação participante. Está atento que na observação participação o nível de se sentimento de estar sendo intrusivo é menor pelo fato você é conhecido pela comunidade, pois já se encontra no dia a dia dos moradores e fazendo atividades com os participantes, no caso as crianças.

Também será utilizado o diário de campo para anotar as percepções sobre a comunidade, como as falas e atitudes que remetem aos modos de vida e suas resistências, isso ligado às orientações de anotações de Angrosino(2009), pois para uma boa pesquisa etnográfica precisa-se de estruturas definidas, organizadas e finamente ajustado, assim do que deve ser percebido para anotar como:

“Uma explicação do cenário específico (p. ex., escola, lar, igreja, loja); Uma relação dos participantes (número, características gerais, p. ex., idades, gêneros); Descrições dos participantes (feitas da forma objetiva possível; “o homem vestia calças rasgadas e sujas”, não “o homem parecia pobre”); Descrições do cenário físico e de todos os objetos materiais dentro dele (detalhadamente, sem pressupor coisa alguma); Descrições dos comportamentos e interações (evitando interpretações; “o homem chorava e batia na cabeça com os punhos”, não “o homem parecia descontrolado” – especialmente se não for possível gravar o vídeo); Registros de conversas ou de outras interações verbais (tão verbais quanto possível, especialmente se não for possível ou desejável ligar um gravador).” (ANGROSINO, 2009 p.59)

Continuando seguindo as orientações de Angrosino (2009), percebe-se que é muito importante se manter organizado para realização das anotações, pois são partir dela que tiraremos nossos resultados, então orienta está sempre:

5.3.Local da realização da pesquisa

O local a qual será feito a pesquisa será comunidade Estrada Velha, que se situa na cidade de Acarape, uma das cidades que compõe o Maciço de Baturité e que fica a 71 km de distância da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, na região nordeste do país. A comunidade de estudo, fica perto de um dos campi da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, sendo localizada perto das áreas serranas do município. É também campo de atuação da reaPODERE a qual está em processo de inserção comunitária.

Essa localidade que será nosso campo de estudo sofre com o processo estigmatização da própria população da cidade de Acarape e cidades vizinhas, a qual ficou reconhecida pelo tráfico de drogas, violência e a pobreza, sendo totalmente marginalizada, esquecida e negligenciada pela própria política local. Assim, segundo os relatos de uma mãe das lideranças da comunidade que mora perto do campo de pesquisa, afirma para nos integrantes da rede a seguinte ideia sobre a local “a comunidade era vista como um lugar perigoso na maioria das vezes e que principalmente era um lugar esquecido.” (DC 17_05_2017).

Então já adentramos na comunidade sabendo de algumas problemáticas encontradas, mas chegando, nos deparamos á outros como:

“A comunidade mostra-se ser um lugar bastante carente de recursos governamentais e de lazer para os moradores, porém ainda é vista por muitos moradores como um lugar bastante agradável de se viver devido à vizinhança que se ajuda na maioria das vezes e pelo lugar ser calmo.” (DC 30_06_2017).

Os moradores sempre relataram o ócio das próprias crianças e jovens “falaram sobre o local para o lazer de crianças, adolescentes e adultos” (DC, 13_08_2017), de acordo com os relatos dos pesquisadores/extensionistas da rede, então as crianças foram o primeiro alvo da reaPODERE, já que esses se mostraram mais acessíveis ao nosso trabalho. Então esse

movimento de reconhecimento e da inserção na comunidade mostrará para própria comunidade que o ambiente físico em si traz uma resistência e até mesmo alegria as crianças que anseiam por brincadeiras, como relato na experiência da III Ciranda de Paulo Freire realizado pelo projeto de extensão Afrodita.

“A atividade foi realizada no espaço a céu aberto, na rua que fazia ligação com as demais outras ruas, de baixo de uma árvore de grande sombra... Nesta oficina puderam participar pessoas tanto da comunidade como dos arredores, fazendo com que o evento tivesse numa faixa de 70 pessoas contando com mães, pais, crianças, avôs, jovens, adultos e idosos... encheu o coração de todos que fizeram presentes em um sentimento de gratidão pela a partilha, aprendizado e experiência” (DC 04_10_2017).

No entanto a comunidade de modo geral se mostra receptível, tranquila e com relações entre a maioria das pessoas, porém ainda resistentes a nossa efetivação na localidade para realizarmos os trabalhos com os adultos. Sempre dizem que tem algo para fazer ou estão ocupados com alguma coisa, mas por outro lado sabem do valor de irmos e estarmos com as crianças, então a liberação é bem maior.

Esse local foi escolhido no intuito de partir das crianças para encontrarmos novos espaços a qual frequentam, fazendo com que possamos investigar esses outros ambientes e resistências, mas primeiramente esse vai ser o principal espaço para observar como se dá o seu modo de socializar, interagir e ver como a família e a comunidade podem influenciar no seu desenvolvimento, tirando como pressuposto que vivem em uma situação de pobreza.

Abaixo são alguns dados tirado do site do IBGE referidas a cidade no total:

População estimada 2016 ⁽¹⁾	16.418
População 2010	15.338
Área da unidade territorial 2016 (km²)	155,169
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	98,52
Código do Município	2300150
Gentílico	Acarapense

Fonte: Site do IBGE <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?Codmun=230015>> acesso em 31/07/2017

5.4. Descrição dos participantes

Em uma perspectiva que tira o foco no adulto centrismo, a pesquisa ocorrerá com as próprias crianças da Estrada Velha, essas que apresentam um entusiasmo e vontade de participação. Essas crianças serão observadas no seu próprio meio social para perceber como se dá os seus modos de vida e resistência. Podemos perceber que elas estariam em idades escolares, entre 6 a 12 anos, onde esses já compreendem o meio social e já conseguem

reproduzir comportamentos dos pais. Assim, poderemos ver como é a atuação desta na comunidade de modo geral.

Devemos ficar atento que essas crianças já vivem em uma situação de privação da liberdade, onde em um contato prévio já percebemos que alguns direitos são violados, como a saúde e a educação. Não por quererem, mas pela condição que a própria pobreza lhes traz. Portanto, ao ter noção sobre isso, exige-se que possamos não aprofundar no sofrimento que isso pode causar, mas procurar através do convívio e da participação comunitária do pesquisador mostrar como elas resistem.

Na comunidade, a reaPODERE, utiliza-se de brincadeiras socioeducativas com as crianças, a qual essas participam e estão presentes semanalmente nas atividades proposta pela rede; outra atuação da rede realizada na comunidade é na criação de eventos que tragam o brincar. Essa extensão beneficia tanto as crianças da comunidade como também as das outras localidades, que não moram lá, mas que pertencem e fazem da comunidade, seja por laços familiares ou pelo espaço geográfico, pois se aproximamos da parte em que os moradores limitam como Estrada Velha. Ou seja, a comunidade Estrada Velha ocupa-se mais espaço daquela em que atuamos.

5.5. Procedimentos

A observação será feita junto com a equipe de pesquisa e extensão reaPODERE na Estrada Velha, a qual estou inserido e já que estamos fortalecendo os laços com a comunidade. Será mais fácil a participação das mesmas durante o período das atividades e também pelos diversos olhares que poderei captar com os diários de campo. Assim, a ida a campo será realizada com a equipe de frente a inserção comunitária, que temos como linha de frente três (3) pesquisadoras/extensionistas, contando também com seus colaboradores que ajudam na realização das tarefas, que seriam da própria rede.

Com as frentes indo à comunidade, logo me referenciado em uma das perspectivas qualitativa de Creswell (2010) sobre o Ambiente Natural, percebo que a inserção dos pesquisadores no campo é de suma importância, já que lá é o ambiente onde se situa as crianças a qual são participantes do estudo e que vivenciam essas situações de pobreza. Então, por meio da observação direta e participante, podem-se obter múltiplas informações verbais ou não, quanto as observacionais, pois terá esse contato face a face.

Então, enquanto todos os pesquisadores/extensionistas estiverem desempenhando suas atividades juntos com as crianças da comunidade, estarei presente participando atento ao ambiente e os indivíduos presentes no espaço da dinâmica e ao seu redor, e para facilitar isso será seguido um programa que tomo referência que é o protocolo observacional (2010) de

Creswell, que tem notas que ajudarão a construir o relatório do ambiente e impressões do entrevistador, assim, será utilizado nosso diário de campo, onde nele deverá conter:

“Notas descritivas (retratos dos participantes, reconstrução de diálogo, descrição do local físico, relatos de determinados eventos ou atividades)
Notas reflexivas (os pensamentos pessoais do observador, tais como “especulação, sentimentos, problemas, ideias, palpites, impressões e preconceitos!”; Bodgan e Biklen, 1992, p.121)” (CRESWELL, 2010, p.215)

A utilização e anotações do diário de campo durante e depois ajudarão na facilitação das impressões deixada no ambiente, como também no comportamento dos indivíduos presente no local, como as cuidadoras oficiais, as crianças e os demais que estiverem no momento, já que na comunidade as pessoas sempre estão uns nas casas dos outros.

5.6. Análises.

As análises dos dados através dos meios qualitativos se dão de forma rigorosa a qual devemos estar atentos as descrições mais detalhadas, dados e informações presentes para formação dos resultados e conclusões. Após todo o procedimento for finalizado, finalmente poderemos analisar todo o conteúdo adquirido, assim, assumo como base “Análise e interpretação dos dados” de Creswell (2010), onde nessa “análise dos dados envolve a coleta de dados abertos, baseada em formular questões abertas e desenvolver uma análise das informações fornecida pelos participantes” (p.217).

Numa abordagem linear, hierárquica em vários estágios que são inter-relacionados, podendo não ser seguidos na ordem, Creswell (2010), cita 6 passos para análises dos dados, a qual escolho 5 delas:

- 1) organizar os dados e preparar para as análises;
- 2) ler os dados;
- 3) analisar detalhadamente no processo de codificação;
- 4) gerar tema ou categorias;
- 5) interpretar os significados dos temas ou categorias.

Será escolhido cinco (5) dos seis (6) dos passos para análise de dados de Creswell (2010), pois em um dos passos, onde fala da representação de uma teoria elaborada seria muito ousado para uma proposta de conclusão de curso de um Bacharelado, que exige tempo e experiência (FLICK, 2013). Então, a análise de conteúdo de Bardin auxiliará nessa proposta de construção dos resultados e conclusão das informações obtidas em campo, pelo método qualitativo irei buscar obter através de:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens” (BARDIN, p.42 apud CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.683)

Dentro dessas técnicas será utilizado algo que é semelhante aos passos de Creswell (2010). Caregnato e Mutti (2006), em sua pesquisa sobre a análise de Bardin, diz que esse tipo processo pode consistir em análises de categorias, as quais vão usar os diários de campo. E a partir disso, buscarei indicadores que estão ligados entre si para posteriormente fazer um reagrupamento dessas informações em algo que apresentam estar em comum referente aos modos de vida e resistência de crianças em situação de pobreza. Então essas pesquisadoras falam das três grandes etapas da análise de conteúdo na 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados e interpretação.

5.7. Considerações éticas.

A pesquisa tem como premissa proteger a integridade e identidade das crianças que participarem, já que segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa, principalmente o método de observação participante refere-se a uma inserção e participação muito profunda. Só será revelado nos resultados o que for relevante para o estudo em uma tentativa de não aumentar os estigmas e os estereótipos que já existem em cima da comunidade, mas o intuito é de revelar quais potencialidades e meios são utilizados como rotas de resistência para essa situação de pobreza vivenciada principalmente pelas crianças, visto que historicamente ela tem um foco mais vulnerável (CASTRO, 2010). Então como se trata de uma atividade que já vem realizada pela a reaPODERE com a crianças será mais fácil a coleta de dados e não precisa de uma nova inserção e explicação dos objetivos, visto que já retrata da própria rede.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto foi realizado pensando nas crianças da Estrada Velha, para trazer uma visibilidade a uma população que se sente tão invisível. É trazer voz e a história daqueles que pensam em um mundo melhor, pois como dizemos cotidiano “nossas crianças são o futuro do Brasil” e fazer com que essas sejam pessoas de direitos, vislumbrando sempre na ampliação das políticas públicas capaz de atender as demandas de cada população. Então foi um prazer esse escrever essa proposta de pesquisa, pois acredito que isso aumentará o valor do trabalho da reaPODERE a qual participo como integrante, pois foi através desse planejamento em grupo e posteriormente inserção comunitária que tive contato com essas pequenas pessoas cheia de alegria e energia que sofrem com a problemática da privação causada pela pobreza.

Assim, pensar no mundo dessas crianças me fez refletir em como podemos trabalhar com essas pessoas que sofrem vulnerabilidades sociais, às vezes tão distintas. Pesquisa na Estrada Velha traz um valor simbólico para mim quanto para o mundo acadêmico. Desta forma, entender esse meio faz mostrar o valor da proposta da rede também para que possa pensar no aumento das estratégias de enfrentamento dessas crianças.

Desse mesmo modo quero destacar a importância do pensar no social e nas realidades das pessoas, principalmente dentro de uma universidade que traz uma interiorização e internacionalização. E fazer esse tipo de pesquisa vai para além dos muros, que trabalha e revela o convívio de uma comunidade, principalmente aquelas que vivem em situação de pobreza de maneira que melhorem e tragam uma visibilidade positiva. Isso faz pensar em técnicas de fortalecimento da própria local na garantia de direitos. Também revela o valor de sempre pensarmos nessa participação junto com a comunidade em pesquisa etnográfica e na própria inserção no campo, para percebermos os modos de vida das pessoas.

Apesar de não encontrar tantas literaturas sobre esse mundo das crianças em situação de pobreza a qual fala diretamente sobre esse modo de vidas e resistências, os encontrados puderam me dar uma grande luz do que se observar. Da mesma forma, os achados foram bastante importantes para pensar o valor que tem se pensar nas resistências desses indivíduos. Outra dificuldade encontrada é a disponibilidade dos próprios pais deixarem suas crianças saírem para ir de encontro com as brincadeiras socioeducativas que a equipe reaPODERE promovem na comunidade, pois ainda estamos em processo de inserção na comunidade e ainda estamos sendo reconhecido pela população local.

Portanto, a pesquisa abriu meus olhares de como o sujeito de uma maneira diferente e percebendo sempre suas singularidades até mesmo entender como a pobreza multidimensional pode afetar as crianças e as demais pessoas em sua volta. Partindo disso e

dos questionamentos, refleti durante a elaboração desse projeto, em questões e futuras pesquisas como: perspectivas de educação de crianças em situação de pobreza, entender como as políticas públicas são efetivadas na garantia de direito dessas crianças ou até falar das próprias mães da comunidade, já que essas estão muito à frente das decisões que ocorrem por lá. Assim, espero também que na prática dessa pesquisa tenha-se uma perspectiva de estudo longitudinal, feito em longo prazo, pois tentaremos nos deparar com resultados que irá satisfazer a leitura e melhorar os estudos feitos nesse campo, como pobreza e crianças, pois atualmente no meio acadêmico, são só produzidas pesquisas com estudos transversais.

7. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. A. et al. **Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica.** Rev. Saúde Pública; 39(4): 600-611. 2005.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participação participante.** p.53 – 72.
- ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. **Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas.** Rev. Psicol. Soc: Florianópolis, vol.22, no.1, jan. / abril. 2010
- ARRUDA, B. K. G; ARRUDA, I. K. G. **Pobreza e desenvolvimento humano.** Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 7 (4): 457-460, out. / dez. 2007.
- ASSIS, S. G. et al. **Desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil.** Rev Saúde Pública, 43(Supl. 1):92-100. 2009.
- CAMPOS, T. N; PRETTE, Z. A. P. del; PRETTE, A. del. **(Sobre)vivendo nas Ruas: Habilidades Sociais e Valores de Crianças e Adolescentes.** Psicologia: Rev: Reflexão e Crítica, , 13(3), pp.517-527. 2000,
- CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 15(4): 679-84, Out-Dez. 2006.
- CASTRO, L. R. de. **Ir além dos direitos? Emancipação e política no campo da infância e juventude.** Saúde e Direitos Humanos, v. 7, p. 147-158, 2011.
- CECCONNELLO, A. M; KOLLER, H. S. **Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza.** Rev. Estudo de Psicologia, 5(1), p. 71 – 93. 2000.
- CIDADE, E. C; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. **Pobreza e juventude: implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às diversidades cotidianas.** In: XIMENES, V. M. et al (org). **Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidade e resistências.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. P. 311 – 336.
- CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** ERA eletrônica, vol. 1, no. 2, p. 1 – 12, jul-dez. 2002.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativas, quantitativos e mistos; tradução Magda Lopes; consultoria supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva.** – Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013.
- LEME, V. B. R; MARTURANO, E. Maria. **Preditores de Comportamentos e Competência Acadêmica de Crianças de Famílias Nucleares, Monoparentais e Recasadas.** Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica, 27(1), 153-162. 2014.

- MATRI, E. Processos cognitivos básicos e desenvolvimento intelectual. In: COLL, C; MARCHESI, A; PALACIOS, J (org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004. P. 233 – 251.
- MOURA Jr, J. F M; SARRIERA, J. C. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. In: XIMENES, V. M. et al (org). **Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidade e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. P. 263 – 288.
- MOURA Jr, J. F; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo**. Rev. Quadens de Psicologia, vol. 16, no. 2, p. 85 – 93. 2014.
- PAIVA, G. S. de. Desenvolvimento neuropsicomotor infantil: fatores determinantes na pobreza**. Recife. 2009. 98 folhas: il., tab. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCS. Saúde da Criança e do Adolescente, 2009.
- PALACIOS, J; HIDALGO, V. Desenvolvimento da personalidade dos seis anos até a adolescência. In: COLL, C.; MARCHESI, A; PALACIOS, J (org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004. P. 252 – 267.
- PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 233 p. 2009.
- Portal do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/bolsa-familia-beneficia-14-milhoes>>. Acessado em: 31/07/2017.
- PRODANOV, C. C; FREITAS. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo, Rio d Janeiro. Universidade Feevale. 2013.
- SANTOS, L. M. dos. Qualidade do ambiente doméstico, estado nutricional infantil e desenvolvimento cognitivo na primeira infância**. Salvador, 2004. 142 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, 2004.
- SARRIERA, J. C. et al. Sentido de comunidade como promotor de bem estar em crianças brasileiras**. Rev. interamericana de Psicologia/ Interamerican Journal of Psychology (IJP), vol. 50, no. 1, p. 106-116. 2006.
- SILVA, L. B. et al. Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In: XIMENES, V. M. et al (org). **Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidade e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. P. 269 – 310.
- SILVA, M. O. da S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

Site do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230015>>. Acesso em 31/07/2017.

SOUZA, L. P. de. Políticas sociais: a análise da eficácia do programa bolsa família para a redução dos índices de pobreza no período do governo lula. Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira Santana. 2013.

YAZBEK, M. C. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. Rev. Pol. Públ., v. 9, n. 1, p.217-228, jul./dez. 2005.